

Fabício de Sousa Sampaio

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 04: Currículo e políticas educacionais: O ensino de sociologia frente à BNCC

O ódio à Sociologia na educação básica: possíveis chaves para sua compreensão

Belém, Pará

2021

INTRODUÇÃO

Atualmente, na sociedade brasileira, presenciamos a disseminação de discursos negacionistas, anticientificistas, moralistas e neofascistas. Tais discursos inundam as redes sociais hegemônicas no país, atacando principalmente as temáticas e os sujeitos vinculados aos direitos humanos, às diversidades sociais, culturais, sexuais, religiosas, partidárias e à legitimidade e potência do pensamento crítico. E também se vinculam à tentativa de excluir, discriminar ou eliminar não apenas ideologias e correntes políticas, devido ao hodierno ambiente político polarizado do país, mas sobretudo das diversidades sociais e humanas em uma perspectiva mais ampla.

Essas práticas discursivas utilizam geralmente o ódio como afeto coletivo mobilizador de suas intencionalidades políticas. E, neste contexto, a disciplina Sociologia, por possibilitar o desenvolvimento crítico acerca das relações sociais contemporâneas pode, inclusive, suscitar o ódio. Assim, será que podemos identificar quais peculiaridades, ao lado do fomento ao pensamento crítico situado, do ensino de Sociologia na educação básica que possa estar suscitando o ódio? Que potencialidades demarcadoras do ensino de Sociologia podem ser identificadas como alavancas para a disseminação deste ódio? Quais os objetivos dessa “política de ódio”¹ contra essa disciplina? Como ponto de partida para essa discussão, a disciplina Sociologia por representar o componente curricular da educação básica, por onde é possível desnaturalizar e estranhar a manutenção das diferentes formas de discriminação social, ao passo que problematiza as desigualdades sociais, constitui um dos principais alvos desse ódio politicamente dirigido.

Esta pesquisa bibliográfica em andamento objetiva analisar as peculiaridades e as potencialidades do ensino de Sociologia no ensino médio que pode alavancar uma política de ódio engendrada por determinados grupos sociais, tomando, como espaço social de argumentação teórica, a sociedade brasileira no contexto recente de: sobrevivência curricular das discussões sociológicas em sala de aula, devido às reformulações exigidas

¹ Utilizo essa expressão para aludir, enquanto constructo analítico provisório, ao conjunto de práticas discursivas que objetivam mobilizar coletivamente o ódio para determinadas intencionalidades políticas, a partir de diversos preconceitos sociais arraigados socio historicamente. Levando em consideração que essa expressão já vem sendo utilizada no meio acadêmico, por exemplo por autores como Ângelo Muller (2019) e Ana Kiffer e Gabriel Giorgi (2019), essa pesquisa ainda não focalizará, a discussão sobre os sentidos que estão sendo construídos em torno dessa expressão e suas conceituações.

pela atual BNCC; e proliferação de discursos anti-intelectuais, negacionistas, neofascistas e moralistas, capitaneados, principalmente, pelo movimento Escola Sem Partido² que, embora tenha sofrido derrotas recentes no Supremo Tribunal Federal, ainda existem projetos de lei em tramitação e continua afetando a relação social entre família, escola e prática docente. E, especificamente, essa pesquisa objetiva identificar e problematizar os objetivos desse ódio coletivo politicamente dirigido à Sociologia.

A regularidade histórica de intermitência curricular da Sociologia que, de certa maneira, simboliza a desconfiança sobre a potência crítica dos conteúdos sociológicos na formação escolar se entrecruza com a conjuntura política brasileira demarcada por tentativas de determinados grupos e classes sociais que buscam a manutenção e/ou intensificação de uma ordenação social antidemocrática, autoritária e ultraconservadora constituem as principais variantes para compreender o ódio recente contra a Sociologia.

DESENVOLVIMENTO (APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO, RESULTADOS E REFLEXÃO)

Esta pesquisa bibliográfica se iniciou em meados de 2020 e busca atingir os seus objetivos através de uma análise das produções acadêmicas que tratam especialmente do ensino de Sociologia na educação básica e da sua intermitência curricular. A coleta dos artigos científicos está sendo realizada levando em consideração os recentes dossiês publicados em periódicos nacionais relacionados às temáticas específicas da pesquisa. E a seleção das teses e dissertações está sendo feita no banco de dados da Capes.

A construção do argumento de uma política de ódio contra a Sociologia está sendo balizada também por leituras críticas sobre a atual conjuntura sociopolítica brasileira, marcada por discursos já mencionados anteriormente, e por interpretações das atuais investidas políticas no currículo e na educação básica como um todo.

A intermitência curricular da Sociologia na educação básica está intrinsecamente relacionada com a potencialidade desta disciplina no tocante à conservação e/ou

² Criado em 2004, apresenta-se como movimento e iniciativa de estudantes e pais contra a doutrinação político-ideológica das escolas brasileiras. Tem como objetivo visibilizar os fins políticos, ideológicos e partidários do ensino no país. Atua, através de um site, veiculando denúncias, ideias e atos de vigilância e criminalização contra ao que seus adeptos denominam “práticas de doutrinação” (ALGEBAILLE, 2017, p.64).

transformação das ordenações sociais vigentes. A desconfiança e o medo social podem ser alavancados por grupos sociais que almejam a instrumentalização dos saberes sociológicos na sustentação de seus privilégios e temem que tais saberes possam contribuir para o fomento ao pensamento crítico, possivelmente mobilizador para a ação coletiva de subversão do status quo.

A recente insegurança curricular de continuidade da Sociologia enquanto disciplina escolar se deve à aprovação da Reforma do Ensino Médio, materializada pela Lei 13.415 de 2017 à reformulação curricular em curso no tocante ao ajuste requerido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018. Essas mudanças recentes retiram a obrigatoriedade da disciplina Sociologia que estava assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e indicam essa obrigatoriedade em termos de estudos e práticas de Sociologia, abrindo espaço para que os conteúdos sociológicos sejam focalizados genericamente ou com ineficiente tratamento sociológico (CIGALES; BODART, 2020).

A reforma do ensino médio foi institucionalizada pela lei 13.415 (BRASIL, 2017) e está inserida em uma racionalidade maior que abrange medidas em curso ou em elaboração para reconfigurar o Estado brasileiro minimamente diante das garantias dos direitos sociais e maximamente “[...] para regular os interesses do grande capital nacional e internacional, especialmente o financeiro/especulativo” (MOURA; LIMA FILHO, 2017, p.111).

A reestruturação curricular apontada por essa reforma como a solução única para a “crise do ensino médio” negligencia os problemas estruturas da educação básica brasileira e intensifica a hierarquização social, a fragmentação e a qualidade do ensino médio, ao reforçar a histórica dualidade educacional do país mitigando a concepção de formação humana integral (MOURA; LIMA FILHO, 2017).

Essa reforma e sua BNCC comprometem o ensino médio enquanto etapa final de “educação básica” (MOURA; LIMA FILHO, 2017) impondo a essa etapa a função social de adequação da juventude à lógica de mercado. Além disso, a centralidade nas competências no currículo, justificadas pelo mercado, reforça o caráter instrumental da educação e permite uma ‘formação sob controle’ (SILVA, 2018).

A BNCC pretende conduzir essa ‘formação sob controle’, expressando a sua dimensão restritiva e regulatória, através da listagem de competências gerais e específicas para cada área do conhecimento (SILVA, 2018). A formação por competências

implementada pela BNCC permite o controle, a administração e a padronização das experiências formativas em subordinação à lógica mercantil (SILVA, 2018). Ao restringir essas experiências à aplicação prática, a noção de competências, como antídoto para a “crise do ensino médio”, mostra a intencionalidade utilitarista da formação: “[...] a ideia de que o conhecimento se limita a dar respostas imediatas às situações problema do dia a dia, e se impede que se tome o conhecimento como objeto de experiência que oportuniza a reflexão e a crítica” (SILVA, 2018, p.12).

Em um contexto de restrição, padronização, controle e administração da formação neoliberal via BNCC e avaliações externas de larga escala, não sobra espaço curricular para reflexão e crítica, inclusive sobre o próprio processo formativo implementado pela atual reforma do ensino médio. Nesse cenário, a disciplinaridade curricular é deslegitimada em função de uma prescrição de competências que as substituem para controlar o processo educativo e possivelmente a formação docente. Destarte, a autonomia disciplinar é excluída da formação escolar e o ensino se reduz à adaptação das disciplinas às competências da BNCC que se transformará em um currículo nacional padronizado.

Diante desse cenário e considerando as marcas de fomento à criticidade das Ciências Sociais e Humanas, tais disciplinas precisam ser controladas, já que a exclusão curricular total poderia contradizer o discurso retórico de preparação para a cidadania e para o trabalho do discurso empresarial. Dentre essas ciências, a Sociologia possibilita uma explicação diferenciada do mundo ao confrontar as suas teorias e categorias analíticas com a realidade social (OLIVEIRA, 2013a).

Marcele Cigales e Cristiano Bodart (2020) ressaltam o contexto de mobilizações regionais e estaduais de resistência à exclusão da Sociologia enquanto espaço formativo legítimo do currículo do ensino médio, visto que somente nessa etapa de ensino que esta disciplina obteve uma reintrodução em 2008. Mesmo diante dessas resistências, principalmente de sujeitos docentes, estudantes e gestores que reconhecem a importância da Sociologia na formação básica brasileira, o percurso histórico desta disciplina não impede a afirmação conjectural de que vivenciamos uma recente tentativa política de sua exclusão, desqualificação ou mitigação curricular.

Para o ensino de Sociologia, marcado pela intermitência curricular, essa recente exclusão da obrigatoriedade enquanto disciplina e a redução de sua atuação de ensino em “estudos e práticas” se configura em uma ação politicamente direcionada para desqualificar e vulnerabilizar os conhecimentos sociológicos no currículo da educação

básica. Devido às potencialidades críticas do status quo desse ensino, bem como às possibilidades epistêmicas de desnaturalização e estranhamento dos fenômenos sociais promovidas pelas aprendizagens sociológicas, a reforma empresarial recente investe contra a obrigatoriedade da Sociologia, delineando sua “inutilidade” frente à preparação para o mundo do trabalho, mas também contra qualquer disciplina que possibilite o desenvolvimento do pensamento crítico.

Amurabi Oliveira (2013b) em sua incursão histórica sobre o ensino de Sociologia, ressalta o caráter contraditório do processo de introdução desta disciplina, em alusão às elaborações teóricas que interpretavam as presenças e ausências da Sociologia escolar “[...] como um fenômeno atrelado ao caráter ideológico da disciplina, eminentemente crítica, deixando de lado o caráter conservador que a mesma pode assumir em termos teóricos” (OLIVEIRA, 2013b, p. 181). Ele ressalta também como a simplificação do papel da Sociologia como formadora de ‘consciências críticas’ ou preparadora para o exercício da cidadania, impossibilita a compreensão dos sentidos atribuídos a esta disciplina, principalmente levando em consideração os dilemas que existem na escola brasileira (OLIVEIRA, 2013b).

Para este autor, a compreensão das presenças e ausências da Sociologia no currículo escolar está atrelada a estruturação dos currículos escolares, permeados por relações de poder da sociedade mais ampla, e da forma como a Sociologia participa dessas estruturas, ao invés da explicação advinda de preconceitos ideológicos atribuídos a esta disciplina, pois, para além de sua potencialidade crítica, ela pode assumir funções conservadoras (OLIVEIRA, 2013a, p. 186).

Para Luiza Helena Pereira (2007), a reflexão sociológica torna-se central no conhecimento das forças que transformam a atualidade. O ensino de Sociologia no ensino médio deve propiciar aos estudantes o desenvolvimento da “imaginação sociológica” nos termos de Wright Mills (1972) e a realização da ruptura: “[...] entender a sociedade sem a ilusão da transparência, o que significa evitar explicar a vida social pela concepção que dela fazem aqueles que participam da vida social” (PEREIRA, 2007, p. 148). Para tanto, não é preciso que o(a)s estudantes interiorizem os “princípios da teoria do conhecimento sociológico” e sim que aprendam a entender a sociedade como teia de relações (p. 149).

As experiências formativas do(a)s jovens podem ser alargadas, com a presença curricular da Sociologia, para além da aceitação do destino social desigual de suas condições de vida e da imposição do princípio de autogestão e auto responsabilização

neoliberal de seus sucessos e fracassos. Ao facilitar a desnaturalização dos fenômenos sociais e a desconstrução das explicações (MEUCCI, 2013) que sustentam a dominação social, a Sociologia pode representar uma ameaça para as classes dominantes.

Flávia Schilling (2002) destaca que a Sociologia atua na reflexão e construção do mundo que está em movimento e, portanto, a reflexão sociológica é marcada pela incerteza e movimentação que criam novas incertezas. O pensamento sociológico constrói possibilidades de interpretação da vida social que a priori pode parecer desordenada, caótica ou confusa, como ressalta Anthony Giddens (p. 188). Em outras palavras, a Sociologia possui uma relação íntima com a busca de compreender e explicar uma realidade que se apresenta como fluida, transitória e renovada sempre: São saberes em “crise” que tentam criar discursos sobre as crises ou catástrofes pessoais e sociais que questionam o tempo todo a possibilidade de serem representadas (SCHILLING, 2002, p. 189).

A natureza da utilidade da Sociologia pode ser pensada como terapêutica, política ou cognitivo-científica. Essas considerações se relacionam a uma série de questões que o(a)s pesquisadore(a)s confrontam e que singularizam a desconfortável situação das Ciências Sociais, porque elas têm que exaustivamente responder sobre a questão de sua utilidade, assim como estar consciente de que esta questão ‘para que serve?’ está relacionada com a resposta ‘isso não serve pra nada’ daqueles ou daquelas que fazem a pergunta sobre a utilidade (LAHIRE, 2014, p.47).

O(a)s pesquisadore(a)s podem resistir à reivindicação de uma utilidade econômica dos saberes (rentabilidade) ou perceber que a ‘utilidade’ das Ciências Sociais pode ocultar uma relação de servidão frente às classes e grupos sociais dominantes e avaliar que “[...] a produção de verdades sobre o mundo social vai frequentemente ao encontro das funções sociais de legitimação, de justificação dos poderes (e dos políticos) que podem querer atribuir às Ciências Sociais” (LAHIRE, 2014, p.48).

A pergunta “para que serve a Sociologia?” torna-se crucial para esse componente curricular que está imbricado em potencialidades críticas, mas também nas intencionalidades conservadoras. A resposta “isso não serve para nada” em um contexto neoliberal de formação para o mercado pode constituir, com outras razões, tais como acusações de doutrinação comunista, desordem social ou sexualização dos jovens, por exemplo, justificativas urgentes para direcionar ódios politicamente induzidos. Ao passo que, esses ódios políticos também podem se localizar apenas em determinados

profissionais da educação acusados de promover processos de ensino-aprendizagem vinculados à contestação social e preservar, nesse sentido, a Sociologia para sustentação de determinada ordem econômica, social, política e moral. Entretanto, nesses dois cenários possíveis, essa disciplina sempre será marcada pela desconfiança social.

Um das razões da desconfiança e/ou da política de ódio contemporâneo contra o ensino de Sociologia na educação básica se deve ao fato de que a inexistência de “Ciências Sociais fortes” deixa os cidadãos “totalmente desprovidos face a todos os provedores (produtores ou difusores) de ideologia, multiplicados ao longo das últimas décadas numa sociedade na qual o lugar do simbólico (ou seja do trabalho sobre as representações) é consideravelmente apagado” (LAHIRE, 2014, p.50).

As ciências sociais objetivam desvelar realidades que se ocultam durante a experiência imediata. Elas conseguem, através de um ‘conhecimento mediato’ da realidade,

[...] ultrapassar o horizonte limitado de todas as visões que reduzem o mundo social ao que os atores puderam sentir, pensar ou dizer dele – supõe numa dissociação da percepção e do conhecimento: se trata de conhecer o mundo fora da percepção direta ou imediata deste, por reconstrução da realidade a partir de um conjunto de dados coletados, criticados, organizados, agregados e postos em forma de diferentes maneiras” (LAHIRE, 2014, p.58).

Quando a Sociologia escapa, em sua tarefa de crítica incessante, à colonização da classe dominante, que atualmente pode ser representada pela lógica neoliberal, ou quando aponta perspectivas de transformação social, ela passa a simbolizar um perigo para esta classe e, portanto, a sua legitimidade nos currículos escolares e universitários precisa ser incorporada primeiramente em uma atmosfera de desconfiança e pânico social, e posteriormente como alvo a ser eliminado através, por exemplo, de reformas e políticas educacionais, ou de políticas de ódio, como presenciamos no Brasil contemporâneo.

Nesse cenário, as Ciências Humanas também podem ser alvo das políticas de ódio, principalmente se essas se aventurarem na tarefa escolar de fomentar o pensamento crítico e reconhecer a diversidade de ideologias, pensamentos, sociabilidades, ordenações econômicas, corporeidades, espiritualidades, religiosidades, identidades de gênero, códigos morais e sexualidades. A Sociologia representa um alvo privilegiado, nesse sentido, porque não apenas a visibilidade dessas diversidades faz parte dos conteúdos e dos objetos de estudo das Ciências Sociais, como também essa disciplina não objetiva justificar, ao passo que discute essas diversidades, determinada criminalização,

patologização ou hierarquização de qualquer diversidade em questão. Assim, ao tratar, por exemplo, das correntes políticas e econômicas, das teorias socialistas, das diferenças culturais e morais e das diversidades religiosas, sem fazer uma defesa militante do neoliberalismo, patriarcado, heteronormatividade, moralidade cristã e do racismo, a Sociologia e seus docentes podem ser alvos de ódios políticos possivelmente.

O ódio é relacionado a emoções negativas e intensas, assim como o nojo, a raiva e o desprezo, a partir do julgamento do outro como um ser detestável e malvado (BERNAL, 2017). Ao se referir à filosofia de Hegel, Fleig (2008) enfatiza o encontro da alteridade como a base diversa e particular de estruturação do sujeito, do fato social, e possivelmente da emergência do ódio. Assim, no encontro com o Outro, dentre os afetos veiculados, o ódio pode ser um ingrediente principal que pode resultar na eliminação desse Outro.

Este afeto negativo pode ser analisado como um discurso e uma política racionalmente construída ao longo das histórias das culturas por determinados grupos sociais para alcançar objetivos sociais específicos. Na busca por segurança no ódio sentido, os indivíduos podem conduzir o (a)s outro(a)s pares a odiarem juntos com eles ou elas. Nesse compartilhamento do ódio, há um reforço da autoestima do(a)s odiadore(a)s que o(a)s impedem de raciocinarem sobre suas próprias inseguranças (BERNAL, 2017).

Dentre as fontes de emergência do ódio, Bernal cita os preconceitos historicamente enraizados em determinadas culturas, assim como as ideologias que, pela via da doutrinação, objetivam perpetuar determinados ódios. Líderes religiosos ou políticos, os meios de comunicação e as redes sociais, especialmente, podem ser considerados, atualmente, as principais desencadeadoras do ódio coletivo (BERNAL, 2017).

A política de ódio, enquanto conjunto de dispositivos de proliferação do “gozo do ódio” endereçado, pode ser estruturada por diversas técnicas discursivas e comunicacionais. A disseminação de fofocas, de negacionismos, notícias falsas e discursos de ódio perfazem algumas destas técnicas que são particularmente utilizadas nas redes sociais pela possibilidade de alcance e determinada liberdade de produção dos conteúdos e compartilhamentos.

Além das reformas educacionais e das recentes investidas políticas para que as diversidades apontadas anteriormente não sejam abordadas e muito menos reconhecidas

durante o processo de escolarização da juventude, tais como os projetos de lei que buscam criminalizar e impedir a discussão de gênero e sexualidade na escola e regulamentar o *homescholling*, podemos considerar como principal ator social organizador das políticas de ódio contra a Sociologia no Brasil contemporâneo, o movimento Escola Sem Partido. Embora que esse movimento tenha sofrido derrotas no campo jurídico nacional e local, não podemos deixar de prescindir das afetações que possivelmente marcaram o ensino dessa disciplina, assim como a atuação docente como um todo.

O “Escola Sem Partido” ameaça a vivência social e a escola pública enquanto locus de formação humana cujos valores da liberdade, democracia e respeito à diversidade são balizares. Ele possui um sentido político-ideológico autoritário que se mantém na criminalização do conhecimento histórico e da formação humana relevantes à classe trabalhadora e que se sustenta pelas atitudes de ódio e intolerância direcionadas aos movimentos sociais, notadamente das mulheres, negro(a)s e população LGBT (FRIGOTTO, 2017, p. 18).

Gaudêncio Frigotto (2017) sugere compreender as teses do Escola sem Partido através de uma perspectiva histórica atenta à determinação social capitalista marcada pela luta de classes e estruturada por uma crise que se aprofunda e se efetiva através da destruição das forças produtivas, dos meios de produção e dos direitos da classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2017, p. 19). Esta crise atualmente se constitui:

[...] por um lado, pela capacidade exponencial de produzir mercadorias, concentração de riqueza, de conhecimento e de poder e sua incapacidade de distribuir e de socializar a produção para o atendimento das necessidades humanas básicas; e, por outro, pelo domínio do capital financeiro especulativo que nada produz, mas que assalta, mediante a dívida pública dos Estados nacionais, os recursos que seriam destinados a assegurar direitos sociais elementares, tais como os da saúde, da educação, de saneamento básico, habitação, transporte, cultura etc..” (FRIGOTTO, 2017, p.19).

A sustentação de um sistema social desigual, excludente e mantenedor do lucro de minorias só se mantém “[...] pela manipulação ideológica das massas pelo monopólio da mídia empresarial e pela pedagogia do medo e da violência. Mas isto não dispensa a força bruta do aparelho militar e policial do Estado, amparado por um aparato jurídico que criminaliza a pobreza e os movimentos sociais” (FRIGOTTO, 2017, p. 24).

A pedagogia do medo é o objetivo da Escola Sem Partido que focaliza

principalmente as Ciências Sociais e Humanas, pois a vertente principal de combate desse movimento é a suposta doutrinação ideológica e partidária que essas Ciências realizam. As temáticas sociais e políticas pertencentes ao currículo do ensino de Sociologia passam a ser não apenas alvo de denúncia como também de ódio. Em outros termos, a existência da Sociologia enquanto disciplina curricular ou através de “estudos e práticas”, neste cenário, precisa ser aniquilada.

O ódio à Sociologia e às Ciências Sociais e Humanas como um todo, também se relaciona a uma das razões apontadas por Gaudêncio Frigotto (2017) para o golpe de 2016: a saber, os relativos avanços na educação pública fomentadora de uma “leitura autônoma da realidade social, econômica, cultural e política do país” e não apenas, como parece objetivar a atual reforma do ensino médio e a BNCC, um adestramento do ensino às determinações do mercado (FRIGOTTO, 2017): competências, habilidades e aprendizagens que permitam a adequação discente ao mundo do consumo mercantil e do trabalho precário, desregulamentado, flexível, desumano das ocupações temporárias.

Outra ideologia que alimentou a desconfiança e o ódio à Sociologia ou às Ciências Humanas se deve ao fato de que no processo de mercantilização do ensino e desmonte da escola pública, a formação e a função docentes deveriam ser alteradas como salientou Frigotto (2017). A formação universitária, e atualmente o currículo da educação básica foram, ou melhor, são acusados de ideologizar ao manterem disciplinas como Sociologia, Filosofia, Economia, Ciência Política, etc. A presença destas disciplinas contaminaria a “ideologia da neutralidade do conhecimento” e o “papel da escola de apenas instruir” (FRIGOTTO, 2017, p. 29). A política de ódio, neste sentido, visa esconder “a privatização do pensamento e a tese de que é apenas válida a interpretação dada pela ciência da classe detentora do capital” (FRIGOTTO, 2017, p. 29).

Se o ensino de Sociologia não é autorizado a refletir sobre os problemas sociais, as temáticas consideradas “polêmicas” e os processos de construção das relações sociais, de poder e controle ideológico que estruturam as sociedades como um todo, qual seria então a função pedagógica e social desta disciplina? Silenciar e invisibilizar todas as diferenças e diversidades que se contrapõem às normas sociais existentes, tanto para não oferecer ferramentas para a imaginação transformadora quanto para não “contaminar” o status quo? Sendo assim, o ódio à Sociologia, justificado pelo atual contexto de avanço de discursos negacionistas, anticientificistas, neofascistas e moralistas, constitui em uma política para eliminar não apenas a disciplina Sociologia do currículo, mas também as

possibilidades sobre as quais as movimentações pedagógicas vinculadas aos conhecimentos sociológicos possam vir a operar em tempos de reformulação curricular em favor da BNCC.

No atual cenário de reformulação curricular, é necessário se questionar em que condições curriculares o ensino de estudos e práticas em Sociologia vai sobreviver tanto em relação à quantidade de carga horária, que já é mínima na maioria das redes de ensino, quanto no tocante ao direcionamento dos conteúdos e práticas em Sociologia para objetivos pedagógicos da educação neoliberal, ou até mesmo, heteronormativa, cristã e racista. Para sobreviver no currículo médio brasileiro, a Sociologia pode novamente ser inserida no seu dilema histórico constituinte: conservar e justificar a ordem social vigente ou fornecer instrumentos cognitivos-científicos necessários para a ação social transformadora.

Além disso, talvez para evitar se tornar alvo das políticas de ódio, a Sociologia na educação básica passe a negligenciar a discussão de temáticas ou conteúdos considerados “polêmicos” pelos empreendedores do ‘Escola Sem Partido’, por exemplo: a teoria marxista e os marxismos; as revoluções socialistas; as teorias sociais críticas; os movimentos sociais; as religiões de matriz africana; a diversidade de gênero e sexualidade; o socialismo e o comunismo; dentre outros assuntos considerados doutrinação ou degeneração moral.

O Escola Sem Partido incita a delação como política de ódio contra docentes e contra qualquer política e prática curricular que seja marcada pela pluralidade de ideias e pelo confronto crítico. Neste cenário, a Sociologia torna-se alvo privilegiado desta política e da vigilância de seus delatore(a)s. Agora, a família que outrora estava quase ausente da formação escolar, adentra na sala de aula com seu autoritarismo de selecionar e definir, a partir de suas moralidades, todo o percurso não apenas da educação escolar, mas também da parcela do patrimônio cultural humano, em sua diversidade e pluralidade, que integrará o currículo. Em última instância, a política de ódio às Ciências Sociais e Humanas tentam eliminar talvez o único canal curricular por onde a diversidade, a diferença e os direitos humanos tem relevância e visibilidade enquanto pressupostos epistemológicos das práticas pedagógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se outrora, as classes dominantes e os grupos conservadores e moralistas consideravam a Sociologia como uma ameaça no tocante à transformação social, desconstrução das estruturas sociais de dominação, violência e discriminação social, agora, com o avanço do negacionismo, fundamentalismo de mercado e religioso, anticientificismo e neofascismos, esta disciplina passa a ser considerada um inimigo comum a ser eliminado. E para tanto, os discursos de ódio, notadamente veiculados pelas redes sociais e as políticas de delação, perseguição, insulto e criminalização docente, especialmente fomentadas nos arautos do Escola sem partido, constituem o que convencionamos chamar neste trabalho de política de ódio contemporâneo contra a Sociologia na educação básica.

Em suma, a política de ódio contra a Sociologia é um epílogo do ódio ao pensamento crítico e do reconhecimento às diferenças e às diversidades socioculturais que o “pensar sociológico” pode despertar. Em uma sociedade marcadamente violenta, desigual, escravocrata, conservadora e autoritária, qualquer espaço, sujeito ou pensamento contrário à ordenação social historicamente reproduzida, precisa ser criminalizado, e posteriormente, eliminado. A Sociologia, enquanto espaço curricular, vem sendo criminalizada nos últimos anos, para que a sua eliminação do currículo da educação básica legalmente justificada pela reforma do Ensino médio e pela BNCC, não produza nenhuma comoção e muito menos luto.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 63-74.

BERNAL, Ignacio Morgado. O que é o ódio? Por acaso tem cura? In: **El País**, tribuna, 16 dec 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/12/ciencia/1513073061_342064.html. Acesso em: 17 fev, 2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf . Acesso em 16 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.415/17** de 16 de fevereiro de 2017. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, e outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm . Acesso em 16 mar. 2021.

CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano das Neves. O que ler sobre o ensino de Sociologia no Brasil? In: CIGALES, Marcelo; BODART, Cristiano das Neves. **Pensar a Educação em Revista: Dossiê O ensino de Sociologia no Brasil**. Florianópolis/Belo Horizonte, ano 5, vol.5, n. 4, dez.19/fev.20, 2020. Disponível em: <<http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/>>. Acessado em: 01 mai. 2020.

FLEIG, Mario. Apresentação. In: LEBRUN, J. P. **O futuro do ódio**. Porto Alegre: CMC, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p.17-34, 2017.

LAHIRE, Bernard. Viver e interpretar o mundo social: para que serve o ensino da Sociologia? **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 45-61, jan/jun 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2418>. Acesso 07 set. 2020.

MEUCCI, Simone; BODART, Cristiano das Neves. Entrevista com Simone Meucci. **Revista Café com Sociologia**, vol. 2, n. 1, abr. 2013. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/52> . Acesso em 21 mar.2013.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. In: **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/760/pdf>. Acesso em 20 mar.2021. Acesso em 20 mar.2021.

OLIVEIRA, Amurabi. Sentidos e dilemas do ensino de sociologia: um olhar sociológico. In: **Revista inter-legere**, v.1, n.9, 23 out.2013a. p. 25-39 . Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4402/3589>. Acesso: 21 mar. 2021.

OLIVEIRA, A. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica.v35i2.20222. **Acta Scientiarum. Education**, v. 35, n. 2, p. 179-189, 15 jul. 2013b. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20222/pdf> . Acesso em: 07 set. 2020.

PEREIRA, Luiza Helena. Qualificando futuros professores de sociologia. **Revista Mediações**, Londrina, v. 12, n.1, p. 143-158, jan./jun, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3393/2763>. Acesso: 07 set. 2020.

SILVA, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, e214130, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 mar. 2021.

SCHILLING, F. A sociologia na modernidade radical: quem tem medo da incerteza? **Revista USP**, n. 54, p. 187-192, 30 ago. 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35241/37962> . Acesso em: 07 set. 2020.